

AS VOZES NO TRABALHO E O PAPEL DOS DISCURSOS NA CONSTRUÇÃO DE GÊNERO NO AMBIENTE LABORAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Vânia Antunes Domingues da Costa
Paulo Cesar Fachin

AS VOZES NO TRABALHO E O PAPEL DOS DISCURSOS NA CONSTRUÇÃO DE GÊNERO NO AMBIENTE LABORAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Vânia Antunes Domingues da Costa¹

Paulo Cesar Fachin²

RESUMO:

A linguagem tem uma função social nas dinâmicas de poder nos ambientes de trabalho. Considerando isso, o objetivo deste trabalho é compreender como as práticas discursivas impactam na representação de gênero no ambiente laboral. Para isso, investigamos as práticas discursivas, as relações de poder e a mudança social. Em seguida, abordamos gênero e as formações discursivas utilizadas para a sustentação das posições de poder. E então, exploramos as estratégias de resistência relacionadas ao gênero que contraponham as posições de poder dominantes no ambiente de trabalho. Os principais autores que embasam essas considerações são Michel Foucault (1987, 1988 e 1996), Judith Butler (2018), Norman Fairclough (2001) e Teun Van Dijk (2005). Por meio de metodologia qualitativa descritiva básica, realizamos uma Análise de Discurso Crítica (ADC) em corpus obtido de um relato de experiência que ocorreu em um ambiente de trabalho. Os resultados foram categorizados conforme a produção, distribuição, consumo e condições para a prática discursiva, das quais foram extraídas as seguintes categorias: interdiscursividade, intertextualidade manifesta, cadeias intertextuais, coerência e contexto. Após o estudo, constatamos características como a ironia, imposição, rejeição, distanciamento, informalidade, intimidade, incapacidade, incompetência, hierarquização e inferiorização. Assim, na medida em que exploramos as camadas mais complexas das práticas discursivas, percebemos que a linguagem é uma força social poderosa que tem o potencial de moldar e desafiar as estruturas de poder, constituindo-se em elemento fundamental para a transformação social.

PALAVRAS-CHAVE:

Linguagem, Práticas Discursivas, Relações de Poder.

¹ Mestra em Educação pela Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP.

² Pós-doutorado em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG e Doutorado em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste. Professor de língua espanhola no Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC.

1 INICIANDO O DISCURSO: POSIÇÕES INICIAIS

A linguagem é um processo fundamental na vida social que se constrói e se delinea com base na cultura. Constitui-se em um meio dinâmico utilizado pelas práticas discursivas institucionais para estabelecer e manter as posições de poder, ou seja, "o uso linguístico está assumindo maior importância como meio de produção e controle social no local de trabalho" (Fairclough, 2001, p. 26). Assim, embasa uma forma de interação que combina elementos para promover significações, já que a linguagem é usada de maneira estratégica como meio de manutenção da dominação. Entretanto, ela também se constitui em um potencial agente para a mudança social, pois está presente em todas as relações que se estabelecem (Fairclough, 2001).

Desta maneira, a linguagem é uma prática social moldada por relações de poder, fundamentando as práticas discursivas que produzem significados e realidades. Além disso, contribui para a definição do que é considerado normal ou não em uma sociedade. Assim, é um dos mecanismos pelos quais o poder se manifesta, já que não há neutralidade nas relações humanas, regulando o que pode ou não ser dito (Foucault, 1996). Nesse âmbito, a linguagem desempenha papel crucial nessa performance, pois, por meio dela, reforçamos e reiteramos as normativas sociais que nos constituem. Ademais, fundamenta espaços para resistência e subversão, o que desnaturaliza o estruturado e abre espaço para novas vivências (Butler, 2018). Portanto, a linguagem se constitui e é constituída a partir de estruturas de poder e posições de significado, incluindo o ambiente laboral. No entanto, para estudá-la, é preciso questionar sua estabilidade, já que tem o potencial de carregar uma multiplicidade de significados. Isso inclui indagar as posições de poder que parecem fixas e as estruturas linguísticas que sustentam as categorizações de pessoas em grupos, o que é passível de contestação. Nestes termos, a linguagem é uma forma de controle, pois exerce papel crucial na manutenção das normativas de ordem, cristalizando relações e garantindo a perpetuação de regramentos que

norteiam as relações no ambiente laboral (Derrida, 1995).

Para compreender melhor essa questão, elaboramos esse relato de experiência. Com atuação na gestão e ambientes majoritariamente masculinos e com histórico de violência verbal (e até física) de todo tipo, além de, já ter presenciado, muitas vezes, minhas companheiras de trabalho também sofrerem, apenas pelo fato de sermos mulheres. Nossa rotina diária pode ser resumida em uma única palavra: desafio. Todos os dias somos desafiadas a produzir mais, a alcançarmos resultados desafiadores apenas para provarmos que somos capazes. Essas provocações não são explícitas, mas se constituem em mecanismos que se utilizam da linguagem para nos aprisionar. Nossos resultados sempre são questionados, nossas recomendações sempre são duvidadas, até mesmo por outras mulheres que estão em posições de chefia. Apenas o resultado do homem branco, cis, hétero que não passa por esse crivo. Um dos artifícios mais complexos de lidar são as 'piadas' que se apresentam como um humor que oprime. No entanto, os comentários não são somente sobre nossa atuação profissional, mas comentam sobre os nossos corpos, nossa aparência, nosso comportamento, nossas vestes. É como se tivéssemos que estar em vigilância constante, percebendo tudo o que ocorre ao nosso redor e tenhamos que ficar sempre preparadas, pois nunca sabemos de onde virá o comentário que nos oprimirá. Isso ocorre tantas vezes que o embate acaba se tornando algo desgastante, pois há pouca empatia dentro das organizações.

A partir dessa constatação, uma questão passou a nos instigar: *como as práticas discursivas impactam na representação de gênero ambiente laboral?* Dessa forma, o objetivo deste trabalho é compreender como as práticas discursivas impactam na representação de gênero no ambiente laboral. Para isso, investigamos as práticas discursivas, as relações de poder e a mudança social. Em seguida, abordamos gênero e as formações discursivas utilizadas para a sustentação das posições de poder. E então, exploramos as estratégias de resistência relacionadas ao gênero que contraponham as posições de poder dominantes no ambiente de trabalho. Portanto, esse estudo colabora para a percepção dos impactos dessas

práticas na dinâmica social, contribuindo para a promoção de políticas linguísticas nos contextos profissionais. Isso porque, a língua é um mecanismo de sustentação do meio social, pois não é usada apenas para promover a comunicação, mas também como instrumento de poder que controla e posiciona pessoas dentro de uma estrutura hierárquica (Foucault, 1996). Essa e outras questões serão aprofundadas nos títulos que seguem.

2 PALAVRAS QUE TRANSFORMAM: DISCURSO, PODER E MUDANÇA SOCIAL

Nesta abordagem, há alguns conceitos centrais, como o de “dinâmicas de poder” e “conhecimento” que são inseparáveis, pois o poder não é apenas uma força repressiva, mas também produtiva que cria realidades, categoriza pessoas e normatiza comportamentos. Nesse âmbito, o discurso é tido como uma ferramenta por meio da qual exercemos o poder e moldamos as nossas percepções sobre o que é conhecimento (Foucault, 1988). Assim, o poder não é uma entidade fixa, mas permeia e norteia as interações sociais (Foucault, 1996). Está intimamente ligado ao conhecimento que sustenta as relações de poder por meio das instituições como a família, a religião e a escola, por exemplo. Seu foco é controlar, disciplinar e regular os comportamentos (Foucault, 1987). Para isso, constrói-se e se mantém por meio do discurso que contribui para refletir e reforçar as relações de poder existentes que tendem a perpetuar as posições de poder na sociedade (Fairclough, 2001). Além disso, o poder também é algo exercido a partir da repetição de atos performativos, a partir dos quais são construídas as normas sociais que são reforçadas e mantidas pelas práticas discursivas que as colocam como naturais (Butler, 2018).

Assim, chega-se a outro conceito central o de “discurso como prática social” que se constitui em um conjunto de práticas discursivas que são permitidas e legitimadas na sociedade, reforçando e refletindo as relações de poder e perpetuando os posicionamentos hierárquicos (Fairclough, 2001). Dessa forma, o discurso é cercado por uma série de normas e regras que constituem conjuntos e

práticas de biopoder (Foucault, 1996). No entanto, não é algo impositivo, mas sutil que também tem o potencial de subverter as normas e regras, já que os atos performativos nunca são perfeitos, abrindo espaços para mudanças (Butler, 2018).

Nesse âmbito, outros conceitos centrais são os de “performatividade” e “subversão”, que nada mais são do que a desestabilização das normas a partir dos espaços de resistência e transformação social. Dessa forma, entrelaçam os discursos como uma maneira de reforçar e de desafiar as normativas, produzindo rupturas que convergem às mudanças (Butler, 2018). Além disso, os discursos também se relacionam e se combinam para a manutenção das relações de poder (Fairclough, 2001). Constituem-se em uma forma de utilizar a linguagem para constatar e controlar posicionamentos hegemônicos, mantidos por meio de práticas discursivas. Constituem e mantêm as estruturas sociais, reforçando e legitimando as relações de poder que podem ser desafiadas (Van Dijk, 2005).

Quando há essa resistência, chega-se a outro conceito central a ser tratado aqui, o de “mudança social”, foco da ADC. Essa mudança não é tratada apenas em seu sentido tradicional, mas como uma rede que se interconecta e molda as práticas sociais. As mudanças ocorrem por meio das transformações das práticas discursivas que são contestadas e assumem novas possibilidades (Foucault, 1988). Dessa forma, o discurso reflete e contribui para mudanças sociais mais amplas, sendo o reflexo das estruturas sociais e contribuindo para a sua transformação (Fairclough, 2001). Nesse âmbito, atos performativos podem ser o grande diferencial, podendo reforçar ou desafiar as normativas dominantes, o que abre espaço para novas formações sociais (Butler, 2018). Dessa maneira, surgem os discursos contra-hegemônicos, destacando as relações entre poder, conhecimento e prática discursiva. Por meio deles, conseguimos refletir e almejar mudanças sociais mais amplas (Van Dijk, 2005). Para isso, é preciso mapear as formações discursivas que sustentam o poder, tema abordado na sequência.

3 VOZES SILENCIADAS: GÊNERO E DISCURSOS QUE HIERARQUIZAM

As formações discursivas são elementos centrais na sustentação e na manutenção das posições de poder. O discurso não é somente uma comunicação, uma forma de utilização da linguagem, mas uma prática que configura a realidade social. É por meio do discurso que o poder é exercido, é uma forma de controle que determina o que pode ou não ser dito em determinados ambientes ou situações. Poder e discurso estão intrinsecamente ligados, manifestando-se nas relações humanas e moldando o comportamento das pessoas. Atrela-se também ao saber, o que pressupõe a criação de regimes de verdade a serem utilizados na sustentação das posições de poder. Trata-se de uma teia complexa que molda as relações sociais e a forma como elas acontecem (Foucault, 1979). Além do mais, as normas culturais que regulam os corpos, perpetuam-se por meio das formações discursivas que colaboram em sua repetição, o que naturaliza e marginaliza estruturas de poder. Trata-se de significações inteligíveis e direcionados aos corpos das pessoas por meio de uma repetição constante de normas discursivas que nos categoriza (Butler, 2018).

Uma destas categorias é a de gênero, que, especialmente no ambiente laboral, é compreendido como uma forma de organizar as estruturas de poder. Não se trata de uma questão biológica, mas de uma construção sócio-histórica e cultural que se sustenta, naturaliza-se e que legitima práticas e posições sociais. É um instrumento usado para a sustentação de relações de poder que subordinam pessoas de menor prestígio, entre eles, a mulher. Não é apenas questão de desigualdade material, mas de prestígio, já que o discurso influencia na maneira como a mulher é vista pela sociedade. Isso interfere na criação de expectativas comportamentais que perpetuam a subordinação feminina. Por isso, é essencial o estudo das estruturas, buscando-se como se formam e se reproduzem, desempenhando um papel fundamental na naturalização de distinções de gênero, sustentando as dinâmicas de poder dentro do ambiente laboral (Scott, 2005). Desta forma, gênero não é apenas uma construção discursiva, mas também práticas sociais que reforçam posições de poder. Nos

contextos coletivos, elas reforçam e sustentam as relações de poder que não são fixas, mas algo formado e repetido, reforçando papéis e posições hierárquicas (Butler, 2018).

Neste âmbito, o discurso é utilizado para formar e manter relações de poder, e as instituições definem o que é ou não considerado aceitável. Além disso, o discurso não é apenas uma representação da realidade, mas uma prática que molda e disciplina a maneira como os sujeitos se percebem e se relacionam com o mundo (Foucault, 1996). É o discurso que disciplina como as práticas sociais reproduzem as normativas de gênero, fazendo com que elas pareçam “naturais” (Butler, 2018). Em uma perspectiva crítica, os discursos sobre gênero podem ser associados às relações de poder e ideologia, principalmente quando refletem estruturas de poder e dominação. Considerando o campo institucional, o gênero molda as formas de interação, influenciando as práticas sociais (Fairclough, 2001). Todos os regramentos associados ao que pode ou não pode são associados a regimes de verdade, o que constitui normas anônimas que definem as condições para o exercício da função enunciativa (Foucault, 1996).

Em se tratando de formações discursivas no ambiente laboral a partir do gênero, percebemos que as normas de gênero delimitam comportamentos. São elas que determinam quais atitudes são adequadas em determinados espaços. Além do mais, também delimitam as ações a serem executadas e que reforçam papéis tradicionais. E para conseguirmos acessar esses espaços, precisamos performatizar, ou seja, aderir ao que está posto, para após subvertê-lo (Butler, 2018). No entanto, não é uma questão simples, posta de cima para baixo, mas uma articulação discursiva que circula no meio das práticas sociais nos produzindo e nos regulando enquanto sujeitos. Trata-se de narrativas de produtividade, eficiência e eficácia, muitas vezes, associadas à masculinidade, o que associa o poder não somente ao comando, mas também às práticas que o delimitam (Foucault, 1987). O discurso da competência técnica, por exemplo, é masculinizado, o que contribui para a exclusão da mulher dos cargos de maior poder e prestígio. Entretanto, nem tudo é determinístico, mas é

possível desenvolver e adotar estratégias de resistência, questão abordada a seguir.

4 QUEBRANDO PARADIGMAS: RESISTÊNCIA, GÊNERO E LUTA PELO PODER

Considerando que o discurso é uma prática social que se molda e é moldada por estruturas de poder, é nítido o seu impacto no ambiente laboral. Nestes termos, o discurso é uma ferramenta, por meio da qual as posições de poder são mantidas, ao mesmo tempo em que se constituem em um campo no qual a resistência pode se manifestar. Resistir constitui-se em questionamentos, no desafio de práticas dominantes que são reformuladas como novas, alterando e subvertendo as normas que promovem mudanças sociais. A ênfase nos discursos sobre gênero enraíza-se em contextos sócio-históricos e sociais, cruciais para a delimitação das construções de poder. Além do mais, seu questionamento é necessário, pois as práticas discursivas podem reforçar estereótipos, desigualdades e opressões, que quando indagadas levam a novas configurações nas relações humanas (Fairclough, 2001).

Isso porque, o gênero não é um atributo fixo, mas uma série de atos performativos que são continuamente realizados e reforçados por práticas sociais. Trata-se de uma performance repetida e naturalizada que precisa ser desafiada e subvertida. Além do mais, a subversão por si constitui-se em um paradigma que oferece novas possibilidades de ser e existir. Isso propicia novas reconfigurações que promovem visões mais fluidas e inclusivas sobre as questões de gênero. Assim, no contexto da luta pelo poder, a enunciação de práticas alternativas desafia normas condicionais, além de destacar campos nos quais os discursos são constantemente negociados (Butler, 2018). Isso revela que a resistência é uma das faces das relações de poder, uma vez que ela emerge das práticas discursivas que subvertem as normas sociais. Assim, a resistência não é algo fora do poder, mas dentro dele, é uma das faces que o impulsiona à ação, à criação de novas formações discursivas que desafiem as normativas condicionantes (Foucault, 1988). Além disso, quando se fala em relações de gênero, as práticas discursivas e institucionais evidenciam que este é

um campo no qual o poder é exercido e contestado, desempenhando um papel crucial na manutenção e na subversão das posições de poder (Foucault, 1995).

Nestes termos, os discursos se utilizam da linguagem para construir, reproduzir e legitimar as relações de poder que é exercido pelas práticas discursivas que regulam comportamentos nos ambientes coletivos. A resistência é uma atitude de se opor, das mais variadas formas, ao poder dominante. É por meio dela que grupos marginalizados podem contestar e reinterpretar a desigualdade, o que implica na quebra de paradigmas e na criação de novas práticas discursivas desafiadoras (Van Dijk, 2005). Dessa forma, a linguagem abarca a estruturação de conceitos sócio-históricos e culturais que são contingentes. Sua estrutura não é fixa, mas se embasa nas relações de poder que as moldam, sustentando as posições de poder, além do mais, quando questionamos as normativas discursivas dominantes, há um abalo na estrutura e a desconstrução de naturalizações universalizadas. Não é uma 'destruição' no sentido, mas uma exploração que subverte os pressupostos que sustentam uma autoridade, o que implica em desafiar e modificar as práticas e relações humanas. Nesse sentido, há a prevalência de certos termos e ideias sobre outros, o que sugere que a luta pelo poder se utiliza das estruturas linguísticas e conceituais que delimitam as práticas sociais. Isso quer dizer que a resistência se constitui em um processo de subversão discursiva ao que oprime e aprisiona (Derrida, 1995).

Nesse âmbito, formam-se os regimes de verdade, construídos e sustentados pela produção de enunciados que definem o que a sociedade aceita como verdade dentro de uma estrutura de poder. Assim, delimita que é considerado o comportamento adequado e a competência assertiva para as pessoas nos ambientes coletivos (Foucault, 1996). Esses regimes são usados para regular os corpos, construindo e estimulando as relações de poder, a demarcação e a ocupação de posições, que são moldadas discursivamente e não apenas refletem, mas colaboram na perpetuação da desigualdade, quando fundamenta práticas discriminatórias profundamente influenciadas pelas formações discursivas. Dessa maneira, nos

ambientes coletivos, os discursos delimitam e regulam os papéis dos sujeitos, o que se embasa em expectativas e influencia diretamente nas oportunidades e nas relações de poder que se estabelecem (Foucault, 1988). Para fundamentar essa discussão, elaboramos um estudo empírico, cuja metodologia está exposta na sequência.

5 METODOLOGIA

Para atingir ao objetivo inicialmente proposto, a metodologia desta abordagem caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa básica. Já a metodologia de análise dos dados utilizada foi a Análise de Discurso Crítica (ADC) proposta por Norman Fairclough com base nos constructos teóricos de Michel Foucault. Trata-se de um processo complexo, pois elaborar uma Análise de Discurso Crítica em um ambiente laboral é um grande desafio, uma vez que no contexto social há uma série de problemas que “são reforçados e legitimados pelo discurso de grupos hegemônicos que naturalizam relações de opressão na e pela linguagem” (Pereira, *et al.*, 2020, p. 17). Assim, a ADC é uma forma de investigar de que maneira o discurso é utilizado como meio para o abuso do poder e controle, dominando e reproduzindo as opressões no contexto social e político (Van Dijk, 2005). Trata-se de uma abordagem social do discurso que correlaciona várias questões em um sistema que se molda por práticas discursivas. São elas que norteiam as relações sociais e as significações que atribuímos aos participantes do discurso (Fairclough, 2001).

Nesse âmbito, a ADC considera o discurso como prática social, ou seja, não é apenas um conjunto de signos que promove a comunicação, mas uma prática que constrói e organiza o conhecimento. É o discurso que define e delimita o que pode ou não ser dito, regulando o conhecimento e norteando o que pode ou não ser considerado verdade. O discurso se entrelaça às relações de poder de maneira a refletir, regular e construir a realidade. Seu exercício é que define quem tem legitimação para falar. Isso coloca o poder como produtivo, criando sujeitos,

categorias e normatizações sociais (Foucault, 1996). Portanto, o discurso é considerado uma prática social, intimamente ligado a outras práticas sociais. Não expressa apenas o reflexo da realidade, mas também sua construção e manutenção. Para compreendê-lo, a ADC deve abordar três dimensões principais: o texto, a prática discursiva e a prática social (Fairclough, 2001). Nesta pesquisa empírica, abordamos a prática discursiva, além de correlacionar elementos interdiscursivos e a forma como são produzidos.

A utilização da ADC perpassa questionamentos e colabora no desmantelamento das estruturas de poder manipulatórias. Embasa-se na premissa de que a linguagem é dialética, pois favorece um grupo enquanto subjuga outros. Isso contribui para uma percepção de libertação, o que neste texto será dada a partir da análise da prática discursiva, considerando-se as seguintes categorias: na produção textual, verificamos a interdiscursividade, que são os discursos presentes na amostra analisada e a intertextualidade manifesta que evidencia uma junção de textos e a maneira como isso ocorre; na distribuição e consumo do texto, averiguamos as cadeias textuais que especificam os tipos de textos que compõem os dados investigados e a coerência, que implica na interpretação da propriedade intertextual e interdiscursiva; já nas condições para a prática discursiva, analisamos o contexto, que são as práticas sociais que se relacionam aos dados que interpreto (Fairclough, 2001).

O *corpus* de análise é embasado em vivências, o que constitui essa produção em um relato de experiência. Apresentamos, na sequência, uma situação desafiadora que experienciamos em ambiente laboral, evidenciando que o uso da linguagem possui tanto o potencial de oprimir quanto o de resistir. Trata-se de uma vivência complexa que nos faz refletir sobre o impacto social das formações discursivas, considerando, para isso, a maneira como a linguagem é utilizada na comunicação humana. Considerando a atuação em um pequeno município paranaense, o contexto de análise centra-se na gestão, o que nos possibilita ter contato com vários outros profissionais. Os pontos que destacamos estão expressos no título que segue, no

qual também propomos uma discussão dos resultados aqui apresentados.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em uma tarde ensolarada, durante a execução de uma atividade que exigia concentração, ocorreu um fato problemático. Por desencontro de informações, foram proferidos questionamentos grosseiros em tom alterado entre “colegas” de trabalho, sendo perceptível que um deles estava visivelmente alterado. Foram proferidas palavras desafiadoras referentes ao corpo de uma das pessoas que participavam da discussão: “*você é uma gorda*”, “*você é uma baleia*”; inclusive, o fone de ouvido da pessoa que estava sendo vitimizada, foi esvaçalhado! O que instigava é que havia um terceiro colega no local, sentado ao lado da discussão e nada fez para ajudar ou defender a vítima. Em nenhum momento a conversa assumiu um tom profissional, e em nenhum momento houve questionamentos sobre a capacidade profissional da pessoa atacada: as ofensas referiam-se apenas ao seu corpo. A situação foi complexa momentaneamente, porém, com o passar do tempo serviu de impulso para um mergulho em pesquisas sobre relações de poder. Tivemos a grata surpresa de chegar às formações discursivas, um mundo mágico que explicou muita coisa. Percebemos que havia uma mistura de discursos no episódio e que eles sustentam e moldam os regimes de verdade que fundamentam as relações de poder. Isso porque os regimes de verdade são sistemas de produção que definem o que é ou não aceito em uma sociedade (Foucault, 1996). No episódio ocorrido, o tratamento desrespeitoso e os insultos dirigidos evidenciam como as verdades sobre o corpo são impostas e reforçadas no ambiente laboral. A atitude do “colega” que interveio agitado, explicita o uso da linguagem em um regime de verdade que desvaloriza corpos gordos e reforça estruturas de poder embasadas em uma aparência física que padroniza o magro como o normativo dominante.

Além disso, o poder é regulado pelos corpos, o que mostra que o corpo é usado para moldar as relações de poder, criando verdades (Foucault, 1988). Nesse

âmbito, a linguagem é um mecanismo discursivo que pode reforçar práticas discursivas e sociais, desestabilizando um comportamento para seu controle (Butler, 2018). Além disso, a linguagem também é usada para construir e manter relações de poder, produzindo e reproduzindo desigualdades (Van Dijk, 2005). O ataque corpóreo sofrido naquele momento 'invalidou' totalmente a capacidade profissional da vítima, bem como sua condição de 'humana', o que se refletiu em uma corporalidade e em uma objetificação. Também reforçou a dominação masculina e a inferiorização da mulher nos ambientes corporativos, reduzindo-as a um "corpo sem cérebro". Trata-se da utilização descarada da aparência como forma de controle, porém, e felizmente, dessa situação emerge a capacidade de desafiar e subverter as normas opressivas. O "mergulhar" em pesquisas é uma forma de reconfigurar vivências e desafiar os discursos que buscam o controle por meio dos corpos. Ademais, a experiência de receber comentários desrespeitosos é um exemplo de como as relações de poder são produzidas e legitimadas pelo discurso nos ambientes laborais.

O uso da linguagem, neste exemplo, evidencia que não há neutralidade, mas um meio no qual relações sociais ocorrem, se produzem e se reproduzem. É nesse âmbito que a linguagem é molda e é moldada por práticas sociais e por estruturas de poder, legitimando e naturalizando comportamentos de dominação específicos. Trata-se da integração de práticas sociais que influenciam nas relações de poder e que em grande parte das vezes não questiona ou desafia a opressão que se sofre. A exploração e compreensão destas dinâmicas, por meio de pesquisas científicas, mostram que é possível resistir e não aceitar normativas que oprimem ou que sustentam desigualdades (Fairclough, 2001). Os insultos proferidos também refletem e reforçam normativas de gênero, sustentadas discursivamente. Os comentários não atacaram somente a aparência física da vítima, mas tinham o intuito de desestabilizá-la, questionando sua autoridade no ambiente de trabalho. A falta de intervenção do "colega" que ficou imóvel só confirma que quando um homem está 'desestruturado' emocionalmente, os outros não intervêm, eles negligenciam, o que culmina em uma

facilidade tácita de acesso à manutenção de um regime de verdade que inferioriza a mulher. Portanto, a experiência descrita ilustra como a linguagem é central nas formações discursivas que colaboram na manutenção das posições de poder. Assim, o discurso não é apenas reflexo, mas reforça situações de desigualdade que indica a necessidade de resistência por meio da utilização dessas mesmas práticas discursivas.

Considerando a *produção* textual e a categoria *interdiscursividade*, no *corpus* analisado, constatamos formações discursivas de *ironia* e *imposição* que correspondem à maneira como a vítima foi abordada: '*você é*', ou seja, uma imposição, sem a menor possibilidade de diálogo. Já na categoria *intertextualidade manifesta*, há uma *rejeição* e *distanciamento*, por meio da qual o "corpo gordo" é tido como "inadequado", ou seja, difere-se do padronizado, é inferiorizado. Considerando a *distribuição* do texto e a categoria *cadeias intertextuais*, percebemos um senso de *informalidade* e *intimidade*, remetendo-nos ao "direito" que o "colega" achou que tinha em julgar o corpo da vítima. Já o *consumo* do texto e a categoria *coerência*, remeteu-nos a conceitos como *incapacidade* e *incompetência*, referindo-se ao "corpo gordo" como "incapaz" de desenvolver um trabalho de qualidade. Por fim, nas *condições* para a prática discursiva e na categoria *contexto*, percebemos uma *hierarquização* e uma *inferiorização* da mulher no ambiente laboral. Explicitados e discutidos os dados, no título seguinte elaboramos as considerações finais.

7 DO DISCURSO À AÇÃO: REFLEXÕES FINAIS

Neste ponto apresentamos nossas considerações finais sobre o objetivo deste trabalho que foi *compreender como as práticas discursivas impactam na representação de gênero no ambiente laboral*. Percebemos que as práticas discursivas se utilizam da linguagem como instrumento para a representação de gênero no ambiente laboral. A linguagem tem uma dupla função: pode tanto nos servir como opressora, mas também como meio de resistência à inferiorização da mulher na sociedade. Isso porque, a linguagem embasa a formação de regimes de

verdade que definem o que é considerado normal (Foucault, 1988). Considerando o ambiente laboral, constatamos que as práticas discursivas podem reforçar posições condicionantes de poder e de gênero, definindo posições e mantendo práticas discriminatórias. Isso ocorre porque gênero é uma construção social que nos obriga a performatizar, além de moldar e sustentar práticas de resistência (Butler, 2018). Nestes termos, a linguagem embasa as formações discursivas que constroem e mantêm as relações de poder que legitimam e reproduzem as categorizações sociais (Van Dijk, 2005).

Essas categorizações refletem as práticas discursivas, as relações de poder e a mudança social. É neste âmbito, que a linguagem e o discurso se constituem em elementos fundamentais para a constituição de regimes de verdade, o que, por sua vez moldam as normas e práticas sociais (Foucault, 1996). No exemplo citado, os insultos direcionados ao corpo da vítima refletem práticas discursivas que não apenas expressam, mas também reforçam normas de gênero e poder estabelecidas. Neste caso, a linguagem foi usada para inferiorizar uma profissional em pleno exercício de sua função, o que, infelizmente, não se constitui em um ato isolado. É isso o que nos obriga a performatizar, questão que desempenha um papel crucial na constituição do gênero, revelando que as normativas são performadas e reguladas através da linguagem (Butler, 2018). Linguagem essa, formada e moldada por estruturas de poder, que culmina em práticas sociais que contribuem para a manutenção das posições hierárquicas no ambiente coletivo (Fairclough, 2001).

Além disso, averiguamos que, nas abordagens de gênero e nas formações discursivas utilizadas para a sustentação das posições de poder, há prevalência de um regime de verdade que sustenta as posições de poder. E, o meio utilizado para isso são os discursos, construídos e mantidos por verdades sociais (Foucault, 1996). Essa questão é explícita no exemplo dado, uma vez que no contexto de gênero o discurso molda o que é normal e aceitável, utilizando-se da linguagem para a sustentação das hierarquias de poder. Nesse sentido, nos ambientes coletivos, as formações discursivas definem o que é ou não aceitável, reforçando-as continuamente por meio

de ações rotineiras (Butler, 2018). Além do mais, os discursos não só refletem, mas sustentam e mantêm as relações de poder, o que delimita os papéis sociais, contribuindo para a manutenção das hierarquias que oprimem (Van Dijk, 2005). No caso citado, os insultos evidenciam os estereótipos atribuídos à mulher no ambiente laboral, desqualificando e objetivando seus corpos como forma de sustentar a ocupação de posições de poder.

Felizmente, há possibilidade de traçar estratégias de resistência relacionadas ao gênero que contraponham as posições de poder dominantes no ambiente de trabalho. Assim, é possível utilizar a linguagem para desafiar estruturas de poder subjacentes. Podemos traçar estratégias de resistência, questionar e desafiar a opressão e a desigualdade de gênero (Fairclough, 2001). Isso inclui a implementação de treinamentos sobre a diversidade e a inclusão, criando uma cultura organizacional que valorize o respeito e a empatia. Além do mais, o discurso é uma construção, uma ferramenta utilizada para enfatizar o dominante, que pode ser contestado pelos contradiscursos (Van Dijk, 2005). É por isso que uma resistência performativa precisa desafiar a dominação e a opressão, manifestando-se em ações como a reivindicação de espaços seguros e a promoção de políticas inclusivas. Assim, onde há poder há resistência, pois ambos estão interligados e um não existirá sem o outro (Foucault, 1987). Isso cria a possibilidade de traçar direitos e desafiar a dominação por meio de medidas mais assertivas no ambiente laboral.

Isso porque, conforme mergulhamos nas questões de gênero, conseguimos compreender grande parte das dinâmicas que moldam o ambiente de trabalho. O que antes poderia ser algo estático, hoje constitui-se em um campo rico para análise científica. Nós não percebemos as situações até que aconteçam conosco, o que nos faz empáticos para muitas situações. Além do mais, quando estudamos essas questões conseguimos compreender melhor o poder e a nossa constituição enquanto sujeitos. Explorar as camadas mais complexas das práticas discursivas a partir do recorte do gênero no ambiente de trabalho, evidencia que a linguagem é uma força social poderosa. Ela tem o potencial de moldar e desafiar as estruturas de

poder, constituindo-se em elemento fundamental para a transformação social. A linguagem não é neutra, ela é uma força que solidifica a desigualdade, entretanto, cada ato de resistência colabora no desafio de estereótipos, promovendo uma nova configuração das relações humanas.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. 2. ed. São Paulo, SP: Editora Perspectiva S.A., 1995.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: UnB, 2001.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, Hubert, & RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

PEREIRA, Adriana dos Santos. Introdução Análise de Discurso Crítica: os porquês. *In*: IRINEU, Lucineudo Machado (Org.). *et al.* **Análise de Discurso Crítica: conceitos-chave**. Campinas, SP: Pontes Editora, 2020.

SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. **Revista estudos feministas**, 13(1), 11-30, 2005.

VAN DIJK, Teun. **Discurso, notícia e ideologia**. Estudos na Análise Crítica do Discurso. Porto: Campo das Letras, 2005.